

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora
Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)



Coordenação de produção editorial
Editora de publicações
Preparação e revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Marília Carolina de Moraes Florindo
Jeane A. Pedrozo
Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R322 Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural / Sérgio
 Sauer, Andréa Leme da Silva, Laura Maria Goulart Duarte
 (orgанизadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
 2021.
 388 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-023-7

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mulheres do
campo. 4. Educação do campo. I. Sauer, Sérgio (org.). II. Silva,
Andréa Leme da (org.). III. Duarte, Laura Maria Goulart (org.).
IV. Série.

CDU 502.3

Sumário

Apresentação 11

Parte 1

Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR 21

Ralph de Medeiros Albuquerque

Sérgio Sauer

1.1 Introdução 22

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná 23

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico 26

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri 30

1.5 À guisa de conclusão 44

Referências 45

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado 53

Karla Rosane Aguiar Oliveira

Sérgio Sauer

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias 56

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado 60

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação 67

2.4 Considerações finais 73

Referências 74

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade 79

Jessica Pereira Garcia
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Stéphane Guéneau
Marcelo Souza Alves

3.1 Introdução **80**

3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade **84**

3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade **88**

3.4 Considerações finais **100**

Referências **102**

Parte 2

Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos 111

Alberto Abadia dos Santos Neto
Mário Lúcio de Ávila

4.1 Introdução **112**

4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil **114**

4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil **117**

4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA **120**

4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA **124**

4.6 Considerações finais **131**

Referências **133**

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015) 137

Ericka Carneiro Leão de Oliveira

Mário Lúcio de Ávila

5.1 Introdução **138**

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo **142**

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo **144**

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo **145**

5.5 Resultados **149**

5.6 Considerações finais **156**

Referências **158**

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida 163

Fernanda de Paula Medeiros

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

6.1 Introdução **164**

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador **167**

6.3 Metodologia **169**

6.4 Resultados e discussão **171**

6.5 Fertilidade do solo **176**

6.6 Análise do tecido vegetal **183**

6.7 Considerações finais **185**

Referências **187**

Parte 3

Políticas de gênero: protagonismo das mulheres no campo

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica 195

Analine Almeida Specht

Newton Gomes Narciso Junior

7.1 Introdução **196**

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista **197**

7.3 Autonomia crítica **207**

7.4 Considerações finais **214**

Referências **215**

Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero 219

Caroline Buosi Molina

Moisés Villamil Balestro

8.1 Introdução **220**

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas **222**

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul **231**

8.4 Considerações finais **244**

Referências **246**

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES 249

Marcia Zumak

Laura Maria Goulart Duarte

9.1 Introdução **250**

9.2 Metodologia **252**

9.3 Gênero como um campo de estudos **253**

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz **261**

9.5 Considerações finais **269**

Referências **271**

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil 275

Sarah Luiza de Souza Moreira

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

10.1 Introdução **276**

10.2 Metodologia **279**

10.3 Abordagem teórica **284**

10.4 Resultados e discussão **289**

10.5 Considerações finais **295**

Referências **298**

Parte 4

Juventude rural e educação do campo: um sopro de esperança para um futuro sustentável

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 305

Joice Marielle da Costa Moreira

Sérgio Sauer

11.1 Introdução **306**

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico **307**

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento **310**

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo **318**

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento **327**

11.6 Considerações finais **331**

Referências **332**

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal 335

Cleide Maria de Souza

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

12.1 Introdução **336**

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo **337**

12.3 Método **341**

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal **342**

12.5 Considerações finais **358**

Referências **359**

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas 363

Luciana Porto

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

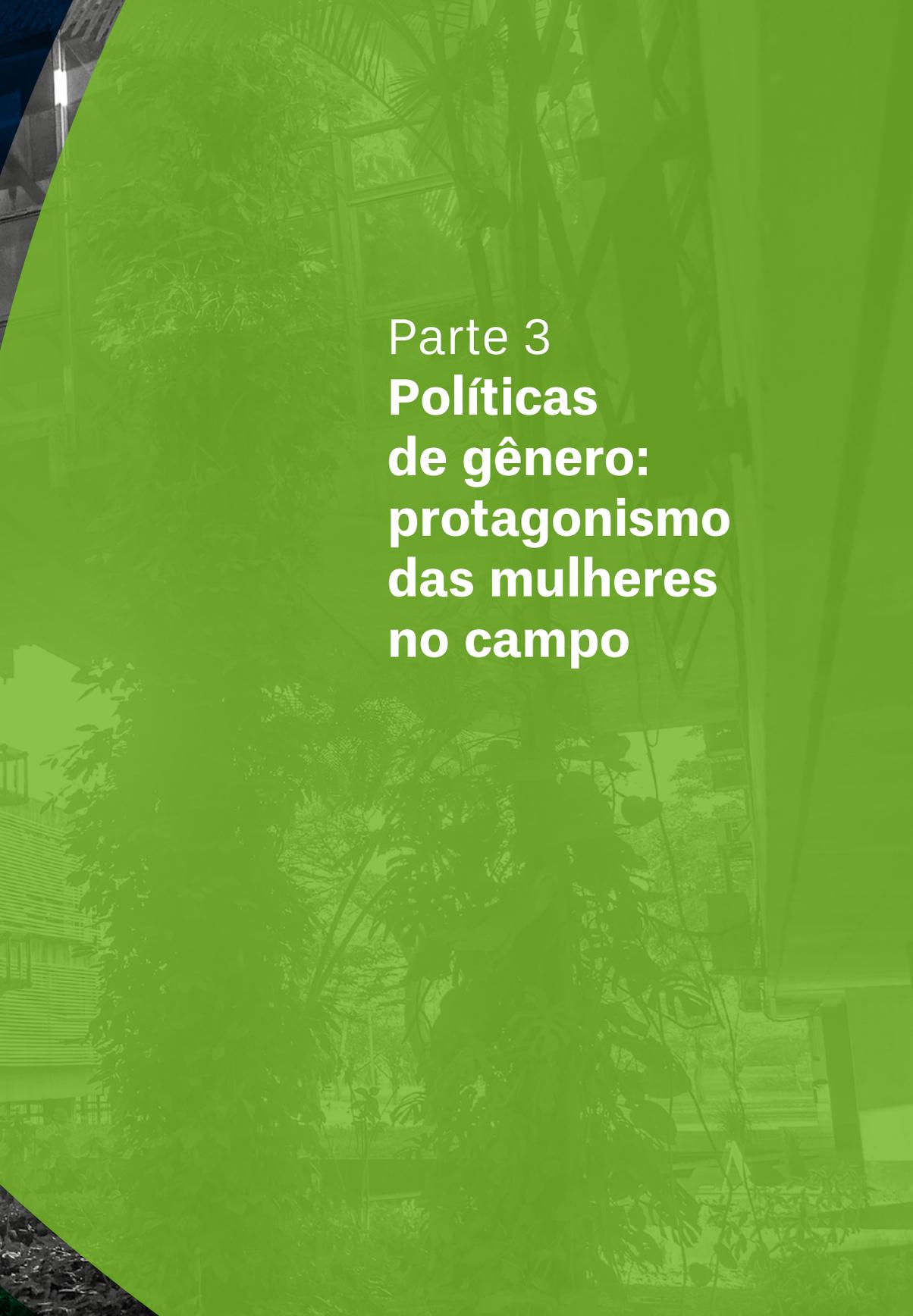
13.1 Introdução **364**

13.2 Metodologia adotada **367**

13.3 Análise dos dados e discussão **370**

13.4 Considerações finais **378**

Referências **380**



Parte 3
**Políticas
de gênero:
protagonismo
das mulheres
no campo**





9

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES

Marcia Zumak¹

Laura Maria Goulart Duarte²

¹ Engenheira Agrônoma (UFES), especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFES) e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader/UnB). Dissertação: Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES: uma análise a partir da perspectiva de gênero. Linha de pesquisa: políticas públicas para o meio ambiente e o campo.

² Doutora em Sociologia com Pós-doutorado no Cirad-França. Professora e pesquisadora associada sênior na Universidade de Brasília, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).



9.1 Introdução

A presença das mulheres no campo brasileiro e na produção agrícola é um fato. Apesar de produzirem, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, permanecem na invisibilidade. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho, o que traduz uma realidade que situa homens e mulheres em espaços laborais diferentes. A maioria dos homens se concentra em atividades fora do ambiente doméstico, ou seja, em atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda: o chamado *trabalho produtivo*; enquanto as mulheres permanecem nos lares e nos quintais, desenvolvendo atividades domésticas e pequenas produções voltadas para o autoconsumo familiar, com nenhum grau de assalariamento e/ou baixa obtenção de renda: o chamado *trabalho reprodutivo* (BUTTO; LEITE, 2010).

As estatísticas³ (BRASIL, 2009) mostram que o campo é habitado por um percentual de mulheres quase equivalente ao percentual de homens. Porém, ao se verificar as estatísticas sobre remuneração, número de estabelecimentos rurais e rendimento médio, percebe-se a desigualdade entre mulheres e homens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do percentual de 15% da população rural, 47,38% são mulheres que, em sua maioria, estão presentes nas atividades de autoconsumo e de produção para fins econômicos (BRASIL, 2009).

O Censo Agropecuário de 2006 quantificou 5.175.489 de estabelecimentos rurais, familiares⁴ e não familiares. Dentre esses, em 4.519.261 de estabelecimentos, os responsáveis são homens, enquanto 656.228 estão sob a responsabilidade das mulheres. Não há uma relação justa do trabalho laboral das mulheres com a remuneração. Os dados apontam que 46,6% das mulheres que habitam o campo

³ À época da pesquisa, os dados vigentes eram os do Censo Agropecuário de 2006. Atualmente existem dados preliminares do Censo Agropecuário 2017.

⁴ O Censo Agropecuário adotou o conceito de Agricultura Familiar, conforme a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.

desenvolvem atividades para o autoconsumo, mas o percentual de mulheres que não recebem remuneração é de 64% (BRASIL, 2009). Existe desigualdade também na valoração do trabalho de mulheres e homens, e, conseqüentemente, na renda obtida. A razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens ocupados no meio rural é de 72,7% (BRASIL, 2009).

As mulheres rurais possuem jornadas duplas ou triplas de trabalho, uma vez que conciliam suas jornadas nas áreas de produção com os cuidados da família, que, na maioria das vezes, são exclusivos das mulheres. Segundo Carneiro (1994), as várias jornadas de trabalho dão às mulheres uma identidade coletiva. A autora afirma, porém, que essa identidade coletiva ainda está arraigada na tradicional relação entre os gêneros. Até décadas passadas, as políticas públicas de desenvolvimento rural não reconheciam o trabalho das mulheres. Esta concepção contribuiu para a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e a conseqüente dependência das mulheres ao universo masculino (BUTTO; LEITE, 2010). A partir da década de 2000, por meio das reivindicações dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero foram formuladas e houve a destinação de recursos financeiros específicos para fomentar as atividades produtivas das mulheres.

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2017, em Aracruz – ES, acerca das possíveis contribuições de duas políticas públicas com recorte de gênero destinadas à agricultura familiar — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em seu subprograma Pronaf Mulher, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — no cotidiano de mulheres rurais, com análises e reflexões feitas a partir da perspectiva de gênero. O capítulo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta as hipóteses que a pesquisa buscou responder, bem como os objetivos e a metodologia utilizada. A segunda traz gênero como um campo de estudos e a introdução da temática nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. A terceira expõe os resultados e as discussões da pesquisa. Por fim, a última parte é dedicada às considerações finais.

9.2 Metodologia

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o acesso às políticas públicas com recorte de gênero (PAA e Pronaf Mulher) e a maior visibilidade produtiva e empoderamento das mulheres rurais, e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade de gênero no campo. Este objetivo geral desdobrou-se em dois objetivos específicos: *i*) analisar as mudanças provocadas no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES, em decorrência do acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher, no que se refere ao aumento da renda, à inserção das mulheres nos arranjos produtivos familiares e sua participação em organizações representativas da agricultura familiar; e *ii*) analisar se o acesso às políticas públicas com algum recorte de gênero, tais como o Pronaf Mulher e o PAA, contribuiu para diminuir a invisibilidade produtiva das mulheres rurais de Aracruz – ES e as desigualdades de gênero no campo.

Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, que envolveu três recursos metodológicos principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. O universo de pesquisa incluiu mulheres rurais de Aracruz – ES que acessaram o Pronaf Mulher no período de 2003 a 2017 e o PAA no período de 2011 a 2017. Este recorte temporal foi delimitado pelo ano de criação da política (ou do recorte de gênero) e o ano anterior ao da realização da pesquisa de campo. Foram entrevistadas 11 agricultoras familiares. Dessas, duas acessaram o Pronaf Mulher e nove acessaram o PAA. Todas as entrevistadas acessaram o PAA na modalidade Doação Simultânea. O pequeno número de entrevistas com mulheres que acessaram o Pronaf Mulher foi em decorrência da quase inexistência de acesso a esta política pública em Aracruz. Foram encontradas somente duas mulheres. Em relação ao PAA, o recorte amostral foi de 9 mulheres entrevistadas, de um quantitativo de 32 mulheres que acessaram o programa. Portanto, a amostra total correspondeu a 28% do total de mulheres que acessaram o PAA em Aracruz.

As entrevistas foram realizadas a partir de 18 questões orientadoras, que foram elaboradas com foco em 4 eixos de análise — eixo 1: divisão

sexual do trabalho (produtivo e reprodutivo); eixo 2: acesso às políticas públicas (PAA e Pronaf Mulher); eixo 3: autonomia econômica; e eixo 4: empoderamento e organização. As questões foram propostas para que as entrevistadas pudessem alocar temporalmente (antes e depois do acesso) as mudanças em seus cotidianos. Todas as entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, foram gravadas em áudio e depois transcritas, mantendo o máximo de fidelidade. O desenvolvimento da pesquisa baseou-se na recuperação das experiências vivenciadas por mulheres rurais de Aracruz – ES, a partir do acesso às políticas públicas mencionadas e das mudanças ocorridas em seus cotidianos.

9.3 Gênero como um campo de estudos

O campo de estudos sobre gênero consolidou-se no final dos anos 1970. Segundo Farah (2004), o conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. A autora atribui esse fato ao fortalecimento do movimento feminista, que, no Brasil, começou a se desenvolver na década de 1980 (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2011). Estudando o feminismo no Brasil, Campos (2017) destaca que a atuação das mulheres nos movimentos feministas oportunizou as reivindicações por direitos sociais e políticos, por reconhecimento e pela diminuição das desigualdades “nas múltiplas vivências femininas” (CAMPOS, 2017, p. 36). Isso pressupõe as lutas como mulher, mãe, trabalhadora, luta pela terra, por direitos civis e contra as desigualdades de gênero, e, como tal, incorpora as relações desiguais de poder entre os gêneros no núcleo familiar, nos trabalhos produtivos, nas representações de classes e nas relações sociais como um todo. Nas políticas de desenvolvimento rural, a temática gênero aparece a partir do ano 2000 (BUTTO; LEITE, 2010).

O conceito de gênero, antes de sua incorporação a estudos acadêmicos e movimentos feministas, era tido como uma categoria descritiva e se relacionava diretamente com a distinção de sexos numa visão

meramente biológica — masculino e feminino; macho e fêmea. Os estudos de Scott (1990) aparecem no final do século XX e ressignificam gênero. Até então, segundo a autora, havia muitas referências a gênero como uma categoria descritiva ou para substituir o termo “mulher” e retirar do foco de estudos as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Scott (1990, p. 21) afirma que gênero é “o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”. A autora trabalha a temática como um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Ainda segundo a autora, gênero implica os quatro elementos relacionados entre si: *i*) símbolos; *ii*) conceitos normativos que evidenciam interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas (tratam como consenso o que é conflito); *iii*) identidade subjetiva (o gênero é o meio de decodificar o sentido e de compreender as complexas relações na interação humana); *iv*) o gênero é construído nas relações de parentesco, na economia, na organização política e na sociedade (SCOTT, 1990).

Para Saffioti (2015, p. 47), gênero também “diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”. A autora considera gênero um conceito aberto, que não pode ficar limitado a categoria de relações apenas entre o masculino e o feminino, e acrescenta que, ao se referir a gênero, está se tratando de relações entre mulheres e homens, homens e homens e mulheres e mulheres. Saffioti (1999) destaca o pioneirismo de Simone de Beauvoir como precursora dos estudos de gênero, e afirma que, se hoje estamos no terreno onde *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*,⁵ se deve ao fato de que o livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, abriu caminho para os estudos acerca de gênero e para a compreensão da opressão a que estão submetidas as mulheres nas relações desiguais de poder. Saffioti (1999, p. 163) reitera:

⁵ No original “*on ne naît pas femme, on le devient*”.

O Segundo Sexo influenciou sobretudo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Desta sorte, des-re-construiu — e continua a fazê-lo em áreas do planeta onde penetrou recentemente — o feminino e, por via de consequência, o masculino. E tudo começou com *O Segundo Sexo*.

A análise de Luna (1993) acerca do conceito de gênero está fortemente relacionada com o meio social e o cotidiano das mulheres. No cotidiano, estão inseridos elementos como a família, a educação, o trabalho (LUNA, 1993). Ainda segundo a autora, nas análises de gênero, há vários fatores que precisam ser abordados, como: estrutura social, relações sociais, grupos sociais, mudanças sociais, opressão, exploração, modo de produção e classe social. Ela preconiza que o estudo histórico da diferença sexual tem relação direta com o poder e sua distribuição entre os gêneros, e que há uma política sexual que ordena as relações entre os gêneros (LUNA, 1993).

A utilização do termo gênero para os estudos feministas não é unânime. Há reservas em torno do conceito de *gênero*. Alguns trabalhos, citados por Luna (1993), defendem que os estudos denominados *estudos de gênero* são, na realidade, os estudos de *mulheres*. A omissão do termo *mulheres* com a consequente substituição por *gênero*, seria uma forma de se tentar “obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora que sempre foi a marca dos estudos da mulher”⁶ (LUNA, 1993, p. 37 *apud* OLIVEIRA; BRUSCHINI, 1992). As feministas marxistas, assim como os pesquisadores citados por Luna (1993), tecem fortes críticas em relação à utilização do termo gênero ao se fazer referência aos estudos de mulheres. Cisne (2005) argumenta que, ao se discutir uma nova categoria, corre-se o risco de tirar a centralidade da mulher nas novas abordagens. A autora remete ao distanciamento, e uma

⁶ No original “[...] *obscurecer una perspectiva politicamente transformadora, que siempre fue la marca de los estudios de la mujer*”.

consequente dicotomia, entre as discussões teóricas em torno de gênero (denominado pela autora de *academicismo*) e as lutas das mulheres, que acontecem nas ruas (CISNE, 2005). Ela esclarece que não se pode perceber, nos estudos de gênero, apenas as diferenças sexistas. Segundo Cisne (2005, n.p.),

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro determinações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una *gays* e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

Entretanto, há trabalhos que corroboram essa mudança. Segundo Gomes (2010), gênero pode ser visto como um instrumento analítico quando traz à tona a questão de que não há unicidade nas categorias masculino e feminino. A autora afirma que há perdas das multiplicidades dos sujeitos quando se foca apenas na categoria mulher como uma entidade social (GOMES, 2010). Campos (2017) afirma que essa mudança de foco — mulher para gênero — foi uma proposta estratégica para se avançar nos estudos sem causar tanta resistência. De acordo com Campos (2017, p. 224):

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada.

Está claro que gênero e mulheres não são sinônimos, e tampouco categorias antagônicas. Pode-se estudar as duas categorias de forma complementar, uma vez que a temática gênero envolve as multiplicidades de sujeitos e a diversidade de relações entre os sujeitos. Não há

a figura da *mulher universal* (HARDING, 1993), portanto como não há homogeneidade nas relações que permeiam esses sujeitos. Os estudos de gênero para serem mais completos e abrangentes precisam ter o compromisso com a emancipação das mulheres e a sustentação de teorias sociais (CISNE, 2005).

As relações de gênero são permeadas por relações assimétricas de poder. Há poder nos dois polos (masculino e feminino), mas de forma desigual (SAFFIOTI, 2015). A história mostra que as mulheres ficaram relegadas a condição de menor poder em função das diferenças físicas, sexuais e biológicas (LUNA, 2003; HARDING, 1993; SAFFIOTI, 2015). As mulheres, conscientes dessa desigualdade, vêm questionando essa balança de poderes que pende mais alto para o lado masculino. A divisão sexual do trabalho é um quesito, dentro do rol das desigualdades, que as mulheres não aceitam mais. Conforme Harding (1993, p. 27),

à medida que a mulher se sente atraída pelo trabalho dos homens e o procura — do direito e elaboração de políticas à medicina e à pesquisa científica — nosso trabalho e nossa experiência social rompem com as tradicionais distinções entre trabalho de homem e trabalho de mulher, permitindo que a maneira feminina de compreender a realidade comece a conformar as políticas públicas.

A partir dos questionamentos e da não aceitação, pelas mulheres, de que a elas cabem apenas os trabalhos realizados no âmbito doméstico ou no entono de suas casas, ligados à esfera privada (diretamente relacionados com os cuidados com a casa e a família) — trabalhos reprodutivos —, essas mulheres migram para a esfera pública, a esfera do trabalho produtivo. Esse movimento é uma resposta ao patriarcado que atribui ao homem a responsabilidade de realizar as tarefas fora da área privada, fora do espaço doméstico. O trabalho externo é considerado o mais importante para a sobrevivência da família. O patriarcado naturalizou o papel da mulher como mãe e esposa, definindo que cabe a ela a responsabilidade pela reprodução biológica e espiritual do

núcleo familiar, assim como a manutenção da moral e dos bons costumes (SANTOS, 2016). Essa rebeldia sadia de não mais aceitar os limites impostos pela cultura patriarcal leva a mulher a “explodir a noção de fixidade” (SCOTT, 1990, p. 22).

No espaço rural, equivale dizer que as mulheres saem das casas e dos quintais e começam a ocupar e produzir em outros espaços, os espaços públicos. As mulheres ocupam espaços nos estabelecimentos rurais, antes privativos aos homens, como as lavouras, as agroindústrias, a criação intensiva de animais, dentre outros. São mudanças que as mulheres rurais provocam em seus cotidianos. Segundo Santos (2016, p. 334):

O cotidiano é o espaço onde ocorrem as tensões e disputas por poder e recursos entre as diferentes classes, grupos e gêneros. É nele que ocorre, também, a mediação entre a produção e a reprodução — especialmente no que tange à agricultura familiar — evidenciando como as dimensões pública e privada da vida se articulam e complementam-se reforçando práticas, hábitos, preconceitos e ideologias dominantes.

As mulheres estão nos espaços privados e em processo de migração para os espaços públicos; porém, não se observa, com a mesma intensidade, a migração dos homens em sentido contrário — dos espaços públicos para os espaços privados (BRASIL, 2017).

9.3.1 Políticas Públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero

As conquistas que as mulheres rurais obtiveram não foram decorrentes de uma iniciativa unilateral do governo federal em reconhecimento à sua condição de invisibilidade produtiva a que sempre estiveram submetidas. O reconhecimento do protagonismo dessas mulheres no desenvolvimento rural foi fruto de décadas de organização e de lutas em movimentos mistos e em movimentos específicos de mulheres, dentro e fora dos movimentos sindicais (CARNEIRO, 1994; FARAH, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011). Observa-se,

a partir de então, a introdução da questão de gênero nas agendas políticas, o que possibilitou a consolidação da temática “Gênero e políticas públicas” como um campo de estudos no Brasil, assim como a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas (FARAH, 2004).

Na concepção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar houve um novo recorte buscando dar visibilidade às mulheres rurais na esfera produtiva. Esse reconhecimento ocorreu a partir do momento em que as mulheres não se restringiram apenas à esfera reprodutiva e alcançaram outros espaços de diálogo e de negociação com o Estado. Siliprandi (2011) considera que a participação das mulheres rurais em ações de impacto político faz parte de um processo de afirmação de identidades. Segundo Butto e Leite (2010), o reconhecimento, por parte do Estado, a partir da década de 2000, deu-se com a implementação de um conjunto de políticas e programas para as mulheres rurais que objetivavam a superação das desigualdades de gênero no campo, a promoção da autonomia econômica e a inclusão dessas mulheres no desenvolvimento rural. As políticas públicas com recorte de gênero representam avanços efetivos que se traduzem em orçamento específico e ações diferenciadas para as mulheres rurais. A primeira política pública com recorte de gênero surgiu em 2003, com o Pronaf Mulher.

O Pronaf é uma política pública que visa apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir a segurança alimentar e nutricional por meio de financiamento de atividades agrícolas e não agrícolas de agricultores e agricultoras familiares e suas organizações representativas, como associações e cooperativas. Destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento para o custeio e o investimento de atividades e serviços rurais desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BRASIL, 1996). Em sua origem, o Pronaf foi uma política generalista, não havia uma destinação específica de recursos para determinados segmentos, como as mulheres.

A partir da criação do Pronaf Mulher, no Plano Safra 2003/2004, a participação de mulheres no número de contratos de financiamento aumentou. Na safra agrícola de 2005/2006, o número de contratos

realizados pelas mulheres chegou a 487.924, enquanto os homens atingiram o montante de 1.420.353 contratos. No que diz respeito ao montante dos financiamentos, o aumento do número de contratos destinados a mulheres foi acompanhado pela diminuição relativa dos valores por elas recebidos, o que resulta de sua maior participação nos contratos de valores mais baixos (microcrédito) (BRUMER; SPANEVELLO, 2011).

O PAA é um programa que foi concebido com originalidade e introduziu aspectos inovadores como as relações comerciais diretas entre governo e sociedade civil. A compra dos produtos agrícolas por meio do PAA dispensa licitação e vinha sendo feita diretamente com os sujeitos sociais da agricultura familiar. Outro aspecto importante é que o PAA contribuiu para a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar do rural brasileiro, pois fez aquisição dos produtos de extrativistas, “quebradeiras” de coco babaçu, pescadores(as) artesanais, quilombolas, catadores(as) de mangaba, produtores do Cerrado, entre outros (GRISA, 2017). O recorte de gênero foi implementado em agosto de 2011 pela Resolução n.º 44 do Grupo Gestor do PAA (GGPAA), que, em seu artigo 2º, prioriza a participação das mulheres em todas as modalidades, e, no artigo 4º, determina um percentual de 40% dos recursos na modalidade Doação Simultânea e 30% na modalidade de Formação de Estoques, entre outras determinações (BRASIL, 2011).

O Pronaf e o PAA representaram um grande avanço para a agricultura familiar e o recorte de gênero nessas políticas foi fundamental para que as mulheres rurais, agentes ativos na produção e comercialização, pudessem se inserir nos arranjos produtivos. O crédito específico com taxas de juros acessíveis e o acesso a canais de comercialização com preços justos proporcionaram mudanças estruturantes no cotidiano das mulheres rurais. Atualmente o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar não tem se mostrado positivo. Após a ruptura do processo democrático, em 2016, houve cortes bruscos nos recursos. Esta ruptura, denominada golpe por parte da população brasileira e da academia (SOUZA, 2016), interrompeu o projeto político até então desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores, com a extinção do Ministério do

Desenvolvimento Agrário⁷ (MDA), responsável pelas políticas públicas para a agricultura familiar e por grande parte dos recursos para a execução dessas políticas públicas.

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz

“Todo dia ela faz tudo sempre igual” (HOLANDA, 1971). O primeiro verso que compõe a primeira estrofe da canção de Chico Buarque — *Cotidiano* — retrata bem o cotidiano das mulheres rurais entrevistadas nesta pesquisa. Acordam entre 5 e 6 horas da manhã, iniciam as tarefas laborais rotineiras dentro de casa e se preparam para o intenso dia de trabalho nas atividades produtivas. Muitas se deitam após as 22 horas. Em dias de atividades que extrapolam a rotina diária, como a entrega de produtos, dias de feira ou participação em eventos, essa jornada pode começar às 2 horas da madrugada. No cotidiano dessas mulheres, há muito trabalho e pouca poesia.

As mulheres rurais de Aracruz que foram entrevistadas têm entre 32 e 61 anos e, com exceção de uma, são casadas. A mulher solteira divide o lar e a unidade de produção familiar com o pai e um irmão. A escolaridade varia entre ensino fundamental incompleto, completo a ensino médio completo. Elas reconhecem-se como: agricultoras, produtoras rurais, extrativistas, pescadoras artesanais e professora de ensino médio. Esta última trabalha meio período na escola rural e meio período em suas atividades agrícolas, reconhece-se como professora e agricultora. Outras também acumulam mais de uma atividade. Uma reconhece-se como agricultora e pescadora artesanal, outra como agricultora, pescadora artesanal e extrativista (atividade aquícola). Dentre todas, apenas

⁷ O MDA foi extinto em maio de 2016. Em seu lugar, foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), então ligada à Secretaria Executiva da Presidência da República. Em 2019, a Sead foi transformada em Secretaria da Agricultura Familiar e do Cooperativismo e incorporada na estrutura do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

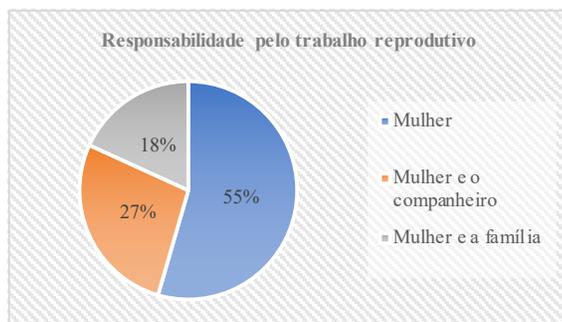
uma se autodenominou doméstica e agricultora. Quase todas residem nos estabelecimentos rurais. Há uma mulher que é meeira, e duas assentadas da reforma agrária que residem na agrovila do assentamento, mas trabalham em seus lotes. Todas residem na área rural de Aracruz.

As entrevistadas acessaram uma das duas políticas públicas objeto desta pesquisa: Pronaf Mulher ou PAA. Não houve nenhum caso de mulheres que tenham acessado as duas políticas. Foi realizada uma análise qualitativa dos relatos dessas 11 mulheres e, a partir dos quatro eixos de análises, foram construídos gráficos que buscaram traduzir em porcentagens suas respostas.

Sobre o eixo 1, divisão sexual do trabalho, os relatos evidenciam que a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo ainda recai sobre as mulheres. Como se pode observar no gráfico 1, as mulheres estão presentes em 100% dos cuidados com a casa e com a família. Em menos de 50%, há algum tipo de auxílio nas tarefas. Em apenas um caso há divisão justa de trabalho, ou seja, o casal divide de forma igualitária o trabalho reprodutivo em seu cotidiano. Em relação à divisão entre todos os membros da família, são as filhas, em grande parte, que desenvolvem o trabalho reprodutivo. Também foi constatado apenas um caso no qual filhos e filhas dividem a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Percebe-se que, quando são apenas as filhas, persiste a divisão sexual do trabalho. Repete-se o mesmo padrão patriarcal de gerações passadas. Em relação ao trabalho reprodutivo, foi quase unânime o uso da expressão *sempre foi assim* em todas as entrevistas.

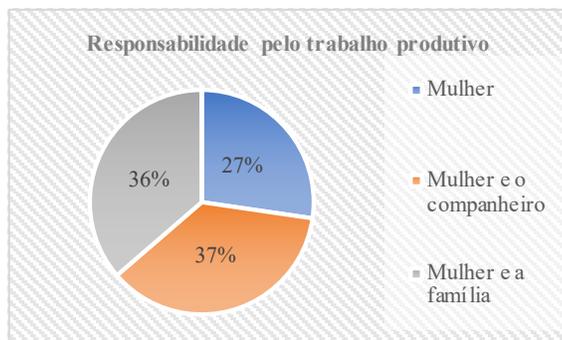
Para análise do trabalho produtivo, conforme os gráficos 2 e 3, foram computadas as atividades desenvolvidas com recursos obtidos por meio das políticas públicas acessadas. A mulher é a responsável total ou em parte pelo trabalho produtivo. Nesse caso, a maior porcentagem desenvolve a atividade em conjunto com seus companheiros. Nas propriedades onde a mulher realiza sozinha o trabalho produtivo, ela também planeja sozinha as atividades. A maior porcentagem realiza o planejamento em conjunto com a família ou o companheiro. Há casos em que antes do acesso às políticas públicas as mulheres apenas executavam, e, a partir do acesso, passaram também a planejar as atividades.

Gráfico 1: Responsabilidade pelo trabalho reprodutivo



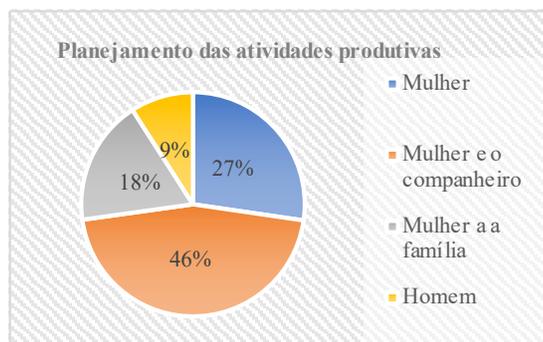
Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

Gráfico 2: Responsabilidade pelo trabalho produtivo



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria

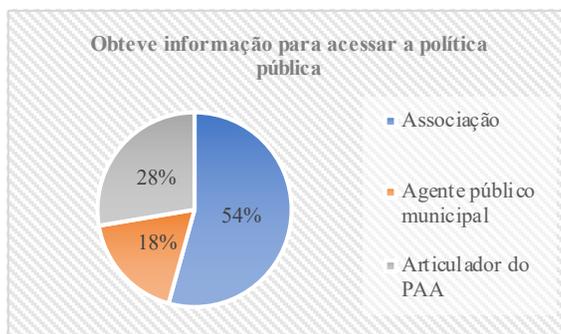
Gráfico 3: Planejamento das atividades produtivas



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria

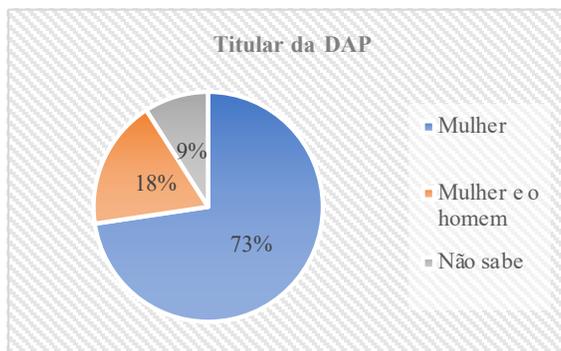
Relativamente ao eixo 2, acesso às políticas públicas (PAA e Pronaf Mulher), (Gráficos 4 e 5), a pesquisa mostrou que as associações representam o principal meio de acesso das famílias rurais às informações sobre as políticas públicas. Nos acessos ao PAA, houve também a figura do articulador, ligado a uma empresa privada de desenvolvimento rural. O agente público foi o principal divulgador do Pronaf Mulher. Em relação à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento obrigatório para o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, a maioria das mulheres entrevistadas são as titulares. Houve um único caso em que a mulher não soube responder.

Gráfico 4: Informação para acesso à política



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

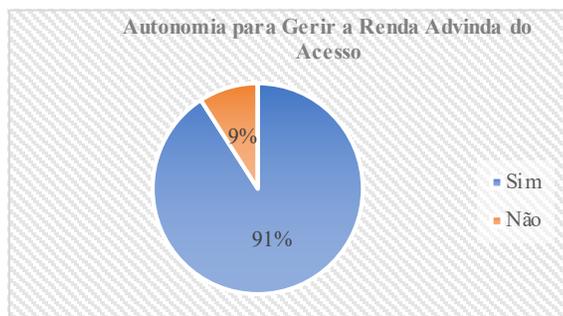
Gráfico 5: Titulação da DAP



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

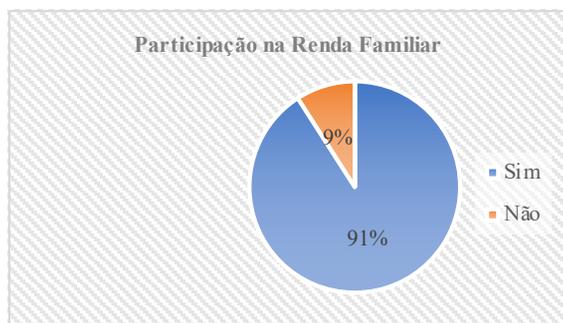
Sobre o eixo 3 – autonomia econômica, pode-se observar, nos gráficos 6 e 7, que, com exceção de uma mulher, todas as demais declararam ter autonomia para a utilização do recurso financeiro advindo de seu trabalho produtivo e investir parte deste recurso com a própria família. A maioria delas também tem autonomia para utilizar uma parte consigo. Entretanto, nem sempre foi assim. Segundo os depoimentos, muitas só passaram a ter esta autonomia após o acesso à política pública. A mulher que é exceção realiza trabalho produtivo em agroindústria, mas seus produtos são comercializados pelo companheiro, que controla todo o dinheiro. Sem autonomia para gerir sua renda, essa mulher não se sente contribuindo com a renda familiar e não percebe que, de fato, seu dinheiro está sendo gasto com a família.

Gráfico 6: Autonomia para gerir a renda advinda do acesso



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

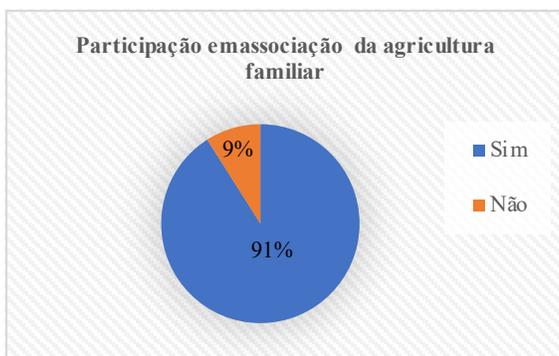
Gráfico 7: participação na renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo (dados extraídos das entrevistas) – elaboração própria.

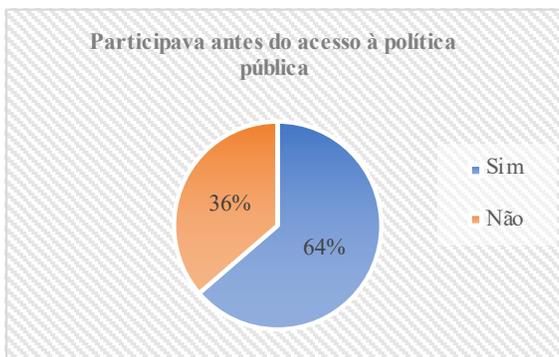
No que se refere ao eixo 4 – empoderamento e organização, os dados indicaram que apenas uma mulher não participa de qualquer forma de organização da agricultura familiar, conforme gráfico 8. Os dados apresentados no gráfico 9 demonstram que um percentual de 36% não participava de nenhuma organização representativa da categoria antes de acessar a política pública com recorte de gênero. A maior participação é na associação local representativa da agricultura familiar. Entre as agricultoras que já estavam associadas, algumas relatam que passaram a ser mais assíduas nas reuniões quando despertaram o interesse em participar da política pública, e continuaram assíduas após o acesso.

Gráfico 8: Participação em associação AF antes do acesso



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

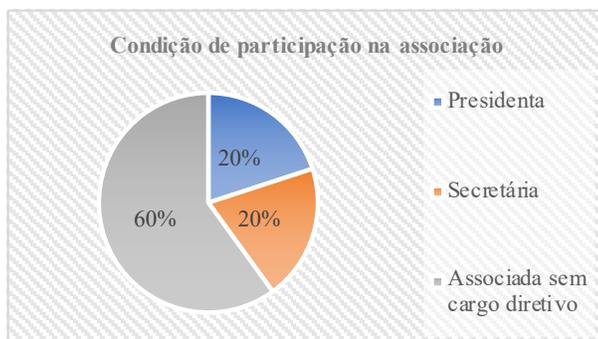
Gráfico 9: Participação em associação da Agricultura Familiar



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

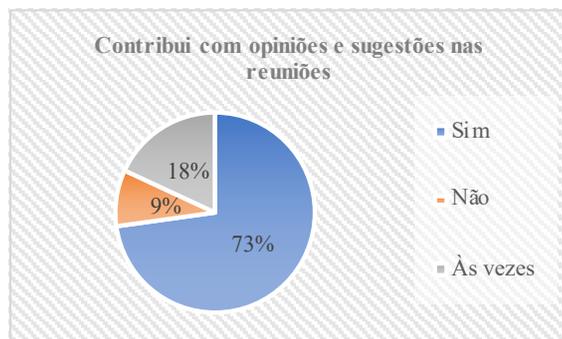
Para análise dos gráficos 10 e 11, cabe uma observação. Até o gráfico 9, o universo de 100% de mulheres rurais foi constituído de 11 mulheres entrevistadas. Uma vez que uma não participa de nenhuma associação, ela está excluída dos dados referentes aos gráficos 10 e 11, sendo para estes gráficos 10 mulheres correspondentes aos 100%. Há duas mulheres que são presidentas de associações e duas são secretárias (gráfico 10). Vale destacar que algumas já exerciam cargo diretivo antes do acesso à política pública. Entre as mulheres que participam nas reuniões das associações, a maioria se sente à vontade para emitir opinião, discordar, sugerir, entre outros posicionamentos (gráfico 11). As mulheres que responderam participar *às vezes*, relataram que só participam quando dominam o tema em discussão.

Gráfico 10: Condição de participação na associação



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

Gráfico 11: Contribuição com opiniões e sugestões nas reuniões



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

Pode-se observar, no gráfico 12, que um percentual de 91% das mulheres entrevistadas se diz valorizada no núcleo familiar, na comunidade, em eventos que participam e nas organizações representativas. Algumas dessas mulheres passaram a participar de eventos onde relatam suas experiências com os acessos às políticas públicas e suas atividades produtivas. Apenas uma não se sente valorizada em seu núcleo familiar por se sentir totalmente sem autonomia pessoal e financeira. As relações de gênero, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, para ela, continuam muito desiguais. Ela continua realizando grandes jornadas de trabalho, produtivo e reprodutivo, mas não obteve autonomia econômica e nem aumento da autoestima. Quanto às mudanças ocorridas em seus cotidianos após o acesso às políticas públicas com recorte de gênero, foi unânime (100%) a percepção das mulheres rurais que o acesso trouxe mudança, para melhor.

Ainda que haja uma entrevistada que não tenha alcançado a autonomia econômica desejada e nem o mesmo empoderamento que as outras obtiveram, esta relata que, nos poucos eventos que participou, se sentiu muito bem e aprendeu novas técnicas de trabalho. Entre as outras, muitas citam como mudanças positivas as novas amizades, as novas técnicas de agricultura que aprenderam, o reconhecimento de órgãos e pessoas. É senso comum a todas que o acesso às políticas públicas propiciou benefícios como o contato com outras mulheres que desenvolvem atividades semelhantes.

Gráfico 12: Valorização na família e comunidade após o acesso às políticas públicas.



Fonte: dados extraídos das entrevistas – elaboração própria.

9.5 Considerações finais

As políticas públicas com recorte de gênero existem, possuem um poder de transformação na vida das mulheres rurais e foram acessadas. Foi unânime a percepção das entrevistadas nesta pesquisa que o acesso às políticas públicas trouxe mudança, para melhor, em seus cotidianos.

Os resultados comprovaram a hipótese de que o acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher pelas mulheres de Aracruz contribuiu para alavancar suas atividades agrícolas e não agrícolas, assim como para fortalecer sua participação nos arranjos produtivos. Essa inserção e/ou fortalecimento são percebidos como positivos no cotidiano dessas mulheres, especialmente no que se refere ao aumento da renda, à diversificação produtiva, ao acesso aos mercados, à autonomia econômica e ao empoderamento por meio da participação em espaços coletivos de representação e de tomada de decisões.

As primeiras mudanças observadas no cotidiano das mulheres entrevistadas referem-se à autonomia econômica e ao aumento da autoestima. Elas conquistaram direitos civis e produtivos com a titularidade única ou conjunta na DAP e, conseqüentemente, obtiveram maior visibilidade enquanto agricultoras rurais, expandiram suas atividades produtivas, diversificaram e melhoraram, em qualidade e quantidade, sua produção agrícola e não agrícola.

O acesso às políticas públicas com recorte de gênero, como o Pronaf Mulher e o PAA, abriu caminho para essas mulheres participarem mais ativamente de um ambiente antes dominado pelos homens, como é o caso da comercialização. Elas se organizaram para ingressar nos mercados institucionais e em outros mercados, como feiras livres e supermercados.

Contribuiu, igualmente, para que ocupassem espaços de decisão em entidades representativas da agricultura familiar, seja na condição de membros votantes, seja exercendo cargos diretivos, e possibilitou a ampliação e a qualificação da participação dessas mulheres em outros espaços, como eventos relativos à agricultura familiar, intercâmbios

locais, regionais e nacionais com trocas de experiências e socialização de conhecimentos.

As entrevistadas reconhecem suas atividades produtivas como atividades profissionais e usam parte de sua renda para ampliá-las. A maioria delas participa do planejamento das atividades nos estabelecimentos rurais e possui autonomia para gerir a renda advinda dessas atividades.

Pode-se afirmar que, apesar de o PAA e o Pronaf Mulher terem contribuído para diminuir a invisibilidade produtiva de mulheres rurais de Aracruz, a hipótese de que o acesso a essas políticas contribuiria para a diminuição das desigualdades de gênero no campo não se sustentou frente aos resultados da pesquisa, uma vez que os avanços evidenciados não foram suficientes para alterar a divisão sexual do trabalho, especialmente no âmbito doméstico.

Grande parte das entrevistadas continua realizando duas a três jornadas diárias de trabalho e sente a sobrecarga que isso acarreta. Entretanto, como estão satisfeitas e não querem abrir mão dos progressos econômicos obtidos com as atividades produtivas, não cobram da família ou do companheiro a divisão justa do trabalho, especialmente do trabalho reprodutivo, pois sabem que isto pode acarretar conflitos.

Dentro dos lares, na maioria dos casos, a palavra final ainda é dos homens. Estes, por sua vez, considerando a renda extra proveniente do trabalho das mulheres, interferem pouco ou não interferem em suas atividades produtivas, mas colocam como condição para sua continuidade a não intervenção na rotina doméstica. Em alguns relatos, as entrevistadas buscaram reproduzir a posição do companheiro: se reclamar da sobrecarga de trabalho, a *escolha* será abrir mão da atividade produtiva em prol da atividade reprodutiva.

Assim, para conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo e aguentar a pesada e extenuante carga das atividades diárias, as mulheres precisam abdicar dos horários de lazer e de descanso, utilizando, muitas vezes, os finais de semana com esse objetivo. Em nenhum relato foi citado o lazer como algo que faça parte do cotidiano das entrevistadas. O lazer se resume a visitas aos familiares e encontros religiosos, e

algumas mulheres consideram como *passeio* as visitas técnicas ou os cursos de formação.

As entrevistadas sentem-se e são reconhecidas no coletivo como parte importante do desenvolvimento rural e, mesmo nos casos em que não há reconhecimento por parte da família, o sentimento de crescimento pessoal e de empoderamento existe entre essas mulheres.

Finalmente, a pesquisa demonstrou que, apesar dos esforços das mulheres e dos avanços alcançados por meio do acesso às políticas públicas, a igualdade de gênero no campo está longe de acontecer. As mudanças positivas se deram de forma mais efetiva na esfera do trabalho produtivo e pouco afetaram o trabalho reprodutivo, tradicionalmente conferido às mulheres; restando, portanto, praticamente inalterada a divisão sexual do trabalho — um dos fundamentos das desigualdades de gênero.

Espera-se que, na medida em que as políticas públicas com recorte de gênero sejam efetivadas e ampliadas, haja mudanças positivas em todos os aspectos da vida das mulheres rurais e que essas mudanças possam quebrar as estruturas patriarcais e mudar a cultura machista, historicamente presentes na sociedade brasileira. Há relatos nas entrevistas indicando que, apesar das dificuldades, esse é um caminho possível de ser percorrido.

Referências

BRASIL. Programa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad). *Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens*. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20912-mulheres-continuam-a-cuidar-mais-de-pessoas-e-afazeres-domesticos-que-homens>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL. Resolução GGPAA n.º 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso das mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 17 ago. 2011. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legisweb_novo/legislacao/?id=115529. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário de 2006: Regiões e Unidades da Federação*. 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 6 ago. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 1.946, de 28 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar PRONAF. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 13 nov. 2017.

BUTTO, Andrea; LEITE, Renata. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços e desafios. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. *Anais*. Porto de Galinhas, 2010.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani M. *Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1ª Edição Brasília, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro_mulher_e_autonomia_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

CARNEIRO, Maria. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.

CAMPOS, Mariana L. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais e Humanas*, v. 30, n. 2, p. 35-54, 2017.

CISNE, Mirla. *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 12 maio 2019.

FARAH, Martha. Gênero e Políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n.1, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.

GOMES, Gisele A. História, mulher e gênero. *Revista Virtú*, n. 10, jul./dez. 2010.. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIAMULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. *Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas para o futuro*. MDA. Brasília – DF, p. 291-313, 2017.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, CIEC/ECO UFRJ, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

HEREDIA, Beatriz M; CINTRÃO, Rosangela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006.

HOLLANDA, Chico. B. *Construção*. Phonogram, Philips. Rio de Janeiro – RJ, 1971. Disco sonoro.

LUNA, Lolla. G. Histórias, Gênero y Política. V CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINÁRIO DE LA MUJER. *Anais*. San José, Costa Rica, 1993. Disponível em: <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/HistoriaGenero/HistoriaGenero-03.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 157-163, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, Nilma A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, UFM São Luis – MA, p. 331-337, 2016.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamento Iberoamericano*, n. 9, 2011.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Ed. LeYa. São Paulo, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, p. 71-99, n. 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão em francês. Acessível em: <http://ser.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Este livro é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP). Os 13 capítulos analisam o desenvolvimento rural brasileiro e seus impactos sobre o meio ambiente, estudando temas como financeirização, privatização e mercantilização da terra e natureza, especialmente conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais. Na contramão de processos de apropriação e expropriação, abordam a sociobiodiversidade do Cerrado, reconhecendo e valorizando produtos agroextrativistas e experiências de conservação. Analisam políticas públicas, discutindo conceitos e práticas com base na agroecologia e contribuições interdisciplinares e territoriais na integração e sinergia de políticas de desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas tratam também da relação entre políticas de gênero e protagonismo das mulheres (suas reivindicações e lutas por autonomia, visibilidade e direitos), lançando olhares críticos sobre o sistema capitalista e patriarcal no campo. Esses olhares incluem, também, estudos sobre a juventude rural e a educação do campo como elementos fundamentais na construção do futuro e superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro. As reflexões deste livro, para além de utopias, explicitam trabalhos engajados que, no cenário atual de rupturas, descontinuidades de políticas redistributivas e retrocessos sociopolíticos do país, vislumbram um campo menos desigual e mais sustentável.

Foto ao fundo:

Jardins da Reitoria/UnB.
Por Luis Gustavo Prado.



EDITORA

UnB

ISBN 978-65-5846-023-7



9 786558 460237